

A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO: A EXPERIÊNCIA DO GRAMEEN

Adauto R. Ribeiro*

RESUMO

O artigo analisa a experiência de implementação do microcrédito em Bangladesh, através da criação de um banco, o Grameen, criado para suprir a carência de crédito de parte da parcela excluída da população do país. O artigo centra sua análise na concepção inovadora deste projeto de microcrédito, comparando-o com a linha de crédito executada no Brasil no contexto do Programa Brasil Empreendedor.

PALAVRAS-CHAVE: microcrédito, Grameen,

ABSTRACT

The article analyses the experience of the implementation of microcredit in Bangladesh by creating a bank, the Grameen, developed to supply a need for credit from an excluded part of the country's population. The article centers its analysis in an innovative conception of this microcredit project, comparing it to a credit line carried out in Brazil inside the Enterprising Brazil Program.

KEY-WORDS: microcredit, Grameen.

Introdução

O microcrédito é um conceito que vem se expandindo rapidamente em economias do terceiro mundo, apresentado como uma alternativa para aliviar os graves problemas impostos pela situação de subdesenvolvimento existente nesses países. De alguma forma, os defensores deste instrumento o colocam como um importante mecanismo para o estímulo ao desenvolvimento econômico, além de ser um programa de estímulo ao auto-emprego e de diminuição da pobreza. Assim, muitas experiências, aplicadas na forma de programas, oriundos da iniciativa privada e/ou pública, têm sido executadas nos últimos anos, com a finalidade de implementar um circuito de crédito e investimentos junto às populações com pouco acesso a esse recurso produtivo.

No Brasil, muitas experiências têm sido executadas com características de microcrédito, dentre elas cabe destacar o Programa Brasil Empreendedor, sen-

* Mestre em Economia pela UNICAMP e professor da FCECA Padre Anchieta de Jundiáí (SP) e Centro Universitário Unisal de Americana (SP).

do que mais recentemente, proliferaram no país inúmeras instituições denominadas de Banco do Povo, com a intenção de estabelecer canais de crédito à população com pouco ou nenhum acesso a esse mercado.

Estes projetos e programas normalmente têm como base a experiência bem sucedida executada em Bangladesh por Yunus, denominada Banco da Aldeia ou Grameen¹. Desta forma, para avaliar a relevância e o papel transformador do microcrédito, cabe destacar inicialmente a filosofia com que foi concebido e implementado o Grameen e levantar algumas questões quanto ao programa executado no Brasil.

1. Idéias básicas da concepção do Grameen

O Grameen é o maior exemplo prático de um projeto de microcrédito citado mundialmente, que obteve grande sucesso no seu objetivo de permitir o acesso ao crédito para a população de baixa renda de Bangladesh. Sua filosofia consiste basicamente em emprestar pequenos valores à população destituída de todo e qualquer meio de produção, possibilitando-lhes desenvolver atividades autônomas que os libertem do círculo vicioso de dependência dos agiotas, que dominam o mercado de microcrédito, para que com isso possam deixar a condição de pobreza absoluta. Trata-se, portanto, de uma instituição de crédito destinada a oferecer recursos financeiros à população carente deste recurso produtivo, sendo assim, uma instituição com ação diferenciada das que operam neste “mercado”.

O seu criador, Muhammad Yunus (2000), relata que o projeto começou a ser delineado quando verificou que um dos grandes males associados ao estado de pobreza da população de seu país se baseava na falta de crédito ou de acesso ao mercado de crédito, para a população de baixa renda; basicamente diagnosticou a falta de um suporte financeiro para início, expansão ou manutenção de pequenos negócios geradores de renda e emprego. Mais especificamente, constatou que faltava uma instituição que suprisse de baixos valores monetários a população de menor renda que, como não tinha acesso ao mercado de crédito bancário “normal”, recorria ao crédito não formalizado.

Este microcrédito, obtido junto aos agiotas, possibilitava que essa parcela da população efetuasse pequenos investimentos em seu tipo de atividade. No entanto, em função das altas taxas de juros cobradas, impedia um maior desenvolvimento de novos negócios e sua expansão. Geralmente, a renda gerada pela atividade financiada era tão pequena e os juros tão altos que não permitiam a essas pessoas melhorarem sua condição social e, conseqüentemente, a qualidade de vida de seus familiares, especialmente de seus filhos que, desta forma continuavam crescendo à margem da sociedade. Segundo Yunus (2000), neste sistema, essa parcela da população estava presa a um círculo vicioso da pobreza.

¹ A experiência do GRAMEEN pode ser analisada em: Yunus, M. O Banqueiro dos Pobres. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

A grave crise social pela qual Bangladesh passou na década de setenta, com milhares de pessoas morrendo de fome, e o título de país mais pobre do mundo na década de 80, segundo relatórios do FMI, foram os motivos que impulsionaram Yunus a deixar sua dedicação aos estudos e a vida acadêmica para buscar uma ação mais efetiva no combate à pobreza. De imediato, procurou com a colaboração de seus alunos, obter um diagnóstico mais preciso sobre a crise, concentrando-se na dificuldade de acesso ao crédito como a barreira a ser derrubada.

A solução pensada e posta em prática foi a idéia de um banco que concedesse crédito à população pobre para que pudessem romper o círculo de pobreza. Criou-se então o Grameen, cujo significado é Banco da Aldeia². O Banco não fornece crédito aos consumidores, mas apenas aos produtores. São créditos para investimento produtivo, destinados à aquisição de meios de produção ou insumos.

O público alvo para a nova instituição de crédito foi definido como sendo as mulheres de Bangladesh. A estratégia de conceder créditos às mulheres, em uma sociedade onde a mulher tem poucos direitos, sendo, portanto, pouco valorizadas, partiu da concepção de que se o crédito fosse repassado a elas, haveria uma maior correspondência em termos de responsabilidade e de apego à oportunidade de utilizarem os créditos no sentido de melhorarem a qualidade de vida da família.

Houve uma série de obstáculos para que se atingisse o objetivo de conceder crédito a essa população carente, e em especial às mulheres. Obstáculos que vão desde a origem religiosa da região, dominada pela religião muçulmana que restringe a participação da mulher na vida econômica, política e social do país; a alta taxa de analfabetismo; até os problemas de logística em função da população alvo em sua imensa maioria residir em áreas rurais.

A ação do Grameen foi idealizada para que se concedessem empréstimos sem a necessidade de serem exigidas garantias reais, o que é compatível com sua finalidade, já que os empréstimos seriam destinados a quem não possuísse riqueza já acumulada. Basicamente procurou-se montar um sistema de crédito ao trabalho e não ao capital como é de costume. Desta forma era necessário encontrar um sistema de cessão de crédito, fora dos esquemas de garantias normais das atuais instituições bancárias, sem que isso se traduzisse em altos índices de inadimplência.

Das possibilidades pensadas para resolver o dilema, destacou-se a concessão de crédito solidário, ou seja, um crédito que fosse “assegurado” por um conjunto de pessoas, salientando assim a idéia de solidariedade de todos os componentes de uma determinada comunidade na dívida assumida por um membro desta comunidade.

A sistemática adotada pelo Grameen consiste em conceder os empréstimos a tomadores individuais, no entanto, com responsabilidade de um grupo de pessoas, no mínimo cinco mulheres. Este crédito é realizado após um período de

² Cabe destacar que Bangladesh ainda possui cerca de 80% de sua população vivendo em aldeias, na zona rural, segundo relatório do FMI (dez/1998).

amadurecimento do projeto a ser implementado, e de aprendizagem sobre o funcionamento do Banco. Esse período, de discussão do projeto e da forma de ação do banco é acompanhado e incentivado por funcionários do Banco. A finalidade do crédito obedece a um projeto que é escolhido e elaborado pelos tomadores, tendo em vista suas habilidades e conhecimentos prévios. Não há cursos de formação técnica previstos, ou pretensão de se ensinar as atividades financiadas aos tomadores de crédito.

Embora seja necessária a formação de grupos para obtenção do crédito, cada participante é responsável individualmente pelo seu empréstimo. Aos demais membros cabe a tarefa de acompanhamento e auxílio na aplicação do recurso, ressaltando assim o caráter de solidariedade deste tipo de crédito.

Os pagamentos são efetuados semanalmente, o que possibilita acompanhar o investimento de cada um e o sucesso da atividade. Isso diminui o risco de desvio do objetivo do empréstimo, contribuindo também para reduzir o nível de inadimplência. Além disso, com pagamentos semanais, as quantias pagas em cada parcela não são altas, incentivando o cumprimento dos compromissos em dia.

Como se trata de uma instituição privada, o Grameen pratica taxas de juros compatíveis com o mercado de crédito do país, sendo, portanto, semelhante as outras instituições financeiras. Não há qualquer forma de subsídio nos seus empréstimos, no entanto, como os níveis de inadimplência são baixos, suas taxas de juros eliminam esse risco podendo também ser menores, em média, que as taxas que as outras instituições praticam.

Outro aspecto relevante é que, mesmo em casos de inadimplência, inclusive devido aos baixos valores envolvidos, não são acionados os complexos e demorados esquemas jurídicos de recuperação de empréstimos que as outras instituições usam, o que aumentam seus custos. No Grameen, o inadimplente deixa de pertencer ao sistema, não terá mais acesso a novos empréstimos e, conseqüentemente, verá sua chance de deixar a pobreza absoluta ser reduzida. Esse parece ser o mais forte argumento em favor da manutenção das baixíssimas taxas de inadimplência da instituição.

Outro fator que diferencia o Grameen dos demais bancos é sua postura ativa com relação à concessão dos empréstimos, sua ação se dá diretamente nas aldeias divulgando os objetivos e o funcionamento do Banco, incentivando a adesão à instituição, agindo desta forma como uma espécie de instituição de assistência social, com potencial para incluir os excluídos à economia formal, desde que essa formalização não imponha maiores custos aos microempreendedores, que inviabilize essa formalização.

A experiência do banco da Aldeia realizou também uma grande transformação ao definir como seu alvo emprestar recursos diretamente à população carente, e não aos já tradicionais e estabelecidos produtores (minimamente capitalizados), para que esses gerassem emprego e renda. De acordo com Yunus, essa

opção se deu pela necessidade de inverter o processo usual, pois a ação tradicional executada pelos bancos de emprestar para quem já possuía algum capital, não tinha alterado os níveis de pobreza absoluta da população.

Emprestando direto aos “sem crédito”, o Grameen possibilitou que estes trabalhassem por conta própria e ficassem com a maior parte do faturamento gerado, livrando-os dos emprestadores no mercado informal de crédito que se apropriavam de parte dos rendimentos obtidos. Através desses empréstimos foi possível a milhares de famílias ultrapassarem os limites impostos pela linha da pobreza absoluta³, possibilitando-lhes melhor qualidade de vida, e inclusive, como parte obrigatória na recepção dos empréstimos, que seus filhos passassem a freqüentar a escola, o que foi um grande passo para a melhoria dos índices de alfabetização e de desenvolvimento humano do país.

A experiência deste banco, destacada por Nogueira da Costa (FSP, 15/01/2001), representa, para este autor, uma revolução na lógica de concessão do crédito, mas mais do que isso, representa: “também uma revolução feminista contra o patriarcalismo”, e ao buscarem educação, torna-se também uma “revolução cultural”.

II. A EXPERIÊNCIA COM MICROCRÉDITO NO BRASIL

Muitas experiências com microcrédito, ou algo semelhante, têm sido executadas no Brasil, sob diferentes nomes e formas, no entanto, para efeito deste artigo, vamos nos ater à linha de crédito oficial presente no programa governamental Brasil Empreendedor, visto também que o setor financeiro privado, no caso brasileiro, não executa esse tipo de crédito.

Em 1999, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Empreendedor⁴, cujo objetivo era alavancar as pequenas e microempresas do país, bem como estimular a abertura de novos negócios, visando à geração de emprego e renda. O programa parte, como inúmeros outros, da constatação de que a péssima distribuição de renda existente no país deve ser combatida imediata e permanentemente. O diagnóstico que antecedeu a essa ação propugnava, como em Bangladesh, que o acesso ao crédito era, e ainda é, um dos grandes problemas que os interessados em desenvolver sua atividade econômica própria encontram na economia brasileira.

Para colocar em prática este programa, as instituições de crédito e financiamento governamentais, entre elas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, colocaram em prática as diretrizes de funcionamento da linha de crédito de acordo com a política de implementação do projeto. Desta forma, estas instituições obedecendo as determinações governamentais iniciaram a concessão de li-

3 Dados do FMI sobre Bangladesh destacam a redução da pobreza absoluta, entre 1980 e 1998, de 49,9% para 35,6 % da população.

4 Maiores informações sobre o Programa podem ser obtidos nos *sites* do Ministério da Fazenda do Brasil, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e do Sebrae.

nhas de crédito, denominados “microgiro”, somente às empresas que possuíssem de 03 a 12 meses de atividade legal, sendo que o valor máximo de concessão definido era de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Para ter acesso a essa linha de crédito a empresa deveria estar formalmente constituída, com mais de 3 meses de atividade, e deveria também passar por uma análise efetuada pela equipe técnica da instituição financiadora e obter um *rating* (nota) mínimo, conforme normas determinadas pelo Banco Central para concessão deste tipo de crédito.

Nesta análise são avaliados o faturamento da empresa, seu giro financeiro, o ciclo de estoque e seu fluxo de caixa. Essa análise implica na necessária formalização da empresa com todos os custos daí decorrentes. Além disso, exige-se plena idoneidade cadastral dos proponentes, o que significa que a empresa e seus sócios não podem possuir qualquer débito em atraso, registrado nos bancos de dados do sistema financeiro nacional. Obtido o *rating* mínimo, cabe ainda à empresa, apresentar garantias reais para obtenção do financiamento, não se aceita simplesmente um aval pessoal ou de sócios.

Apesar das inúmeras normas de segurança para a concessão do crédito, obviamente com a preocupação de não exceder os valores liberados para uso nesta linha e de recuperar esses valores concedidos, essa linha de crédito não teve vida longa, sendo suspensa já em meados de 2000 sob o argumento de que estavam ocorrendo altos índices de inadimplência, agravado pelas altas taxas de mortalidade das empresas com menos de um ano de vida. Com isso,

cancelou-se a parte do programa referente ao apoio à empresas nascentes, aquelas com menos de um ano de idade. A nova orientação passou a ser operar apenas com empresas já consolidadas, com mais de um ano de atividade.

Em função do exposto com relação ao microcrédito, sua função e finalidade, como articulado a partir da experiência executada em Bangladesh, por Yunus, o programa brasileiro apresenta enormes diferenças, de concepção filosófica e de implementação. No caso brasileiro, na modalidade de crédito Microgiro, observa-se que a linha de crédito se concentrou basicamente em empresas já existentes, e após alguma experiência com empresas nascentes, em empresas com mais de um ano de atividade, não sendo disponibilizados recursos para a abertura de empresas e/ou empréstimos para trabalhadores que estavam na informalidade. As pessoas que possuíam, ou possuem, pequenos negócios na economia informal foram alijadas do programa contrariando, desta forma, a idéia básica de permitir um melhor acesso ao crédito para quem não o possui, novamente, no Brasil, o crédito se concentra nas mãos de quem já possui capital.

Além disso, os pequenos produtores independentes, prestadores de serviços ou comerciantes que se candidatam ao crédito geralmente não possuem, em sua quase totalidade, capacidade de manutenção de uma estrutura formalizada nas suas atividades, tampouco garantias reais para a obtenção dos financiamentos, o que significa que o objetivo principal do programa, que era conceder crédito

visando a alavancar negócios tocados por microempresas carentes deste tipo de financiamento não é atingido, por uma falha de análise e escolha dos mecanismos de implementação do programa.

Não é possível exigir aumentos de custos e garantias de quem não as possui, a atividade de cessão do microcrédito deve estar lastreada em garantias outras que não seja a baseada em riqueza acumulada. Se persistir este critério o acesso ao crédito continuará restrito neste segmento⁵.

Outro ponto de contraste entre as duas experiências está na conscientização dos tomadores do crédito quanto a sua finalidade e responsabilidade. Para isso, a escolha do Grameen recorreu às mulheres e ao aval solidário. No Brasil não construímos um mecanismo capaz de reproduzir os mesmos efeitos, de manutenção de baixas taxas de inadimplência e de sobrevivência dos projetos financiados. Executou-se no Brasil um processo de formação profissional dos tomadores de crédito via Sebrae, com cursos para qualificação técnica dos tomadores dos empréstimos, no entanto, aparentemente os resultados não foram satisfatórios.

Desta forma, diferente do programa de microcrédito executado pelo Grameen, o Microgiro do Programa Brasil Empreendedor não apresentava a mesma facilidade de acesso para o tomador de crédito, impondo-lhe um processo burocratizado, e tendo como maior dificuldade a exigência de garantias reais. Além disso, o caráter de solidariedade que Yunus conseguiu inserir na distribuição do crédito não foi abordado no programa brasileiro, onde só foram levantadas questões financeiras e organizacionais da empresa solicitante.

Há, no entanto, outras experiências de microcrédito sendo implementadas no Brasil, e entre elas cabe destacar, a do Banco do Povo. Neste caso, há sem dúvida uma maior aproximação com a experiência de Bangladesh. São projetos que estão se espalhando pelo país, a partir de experiências e iniciativas municipais, com o alto grau de exclusão social em suas cidades. Deve-se destacar, que também unidades da federação estão preocupadas em tomar este tipo de iniciativa, como é o caso do Estado de São Paulo. Cabe, no entanto, em outra ocasião, analisar os avanços conseguidos com estes projetos.

Por fim, é importante ressaltar que o sucesso de um programa de microcrédito a pequenos empreendedores está diretamente ligado aos destinos da economia do país. Se este programa, ao mesmo tempo em que concede recursos financeiros aos excluídos do mercado de crédito, ocorrer no contexto de um amplo processo de redistribuição de renda e crescimento econômico, estarão dadas as condições para a criação de oportunidades que estes agentes poderão e terão condições de usufruir. Nestas circunstâncias, o dinamismo econômico resultará em melhor distribuição de oportunidades e renda. A probabilidade de insucesso destes programas será, no entanto, bastante provável, quando inseridos em um

⁵ Cabe destacar que o programa vem sendo reformulado para que novas linhas de crédito com inovações quanto à questão de garantias reais sejam reabertas.

ambiente de estagnação econômica ou incompatibilidades evidentes nos objetivos da política macroeconômica vigente, ou seja, quando o crescimento econômico não for a meta alvo da política do país, os recursos do microcrédito não passarão de paliativos contra a estagnação resultante da anemia econômica da nação. Cabe, portanto, repensar os programas de microcrédito dentro de um contexto mais amplo de eliminação da pobreza, obviamente inserido em um ambiente de crescimento econômico como objetivo maior da política macro do país, algo que não tem ocorrido no Brasil.

Referências bibliográficas

FMI (1998). *Bangladesh Statistical Appendix* IMF Staff Country Report 98/181. Dezembro.

Nogueira da Costa, F. "A revolução do microcrédito". Folha de São Paulo, 15/01/2001. Caderno Dinheiro, pág. B2.

Nogueira da Costa, F. (1999) *Economia Monetária e Financeira*. São Paulo: Makron Books.

Yunus, M.(2000). *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Editora Ática.